



Universidade de São Paulo

Avaliação Institucional USP
2010 - 2014

Unidade: Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU)

PARECER

Parecer sobre a avaliação da Unidade

R: Introdução.

Em primeiro lugar, a Comissão gostaria de agradecer aos estudantes, servidores técnicos e administrativos, e aos professores do IAU, cujo compromisso institucional, disponibilidade para prestar informações complementares e cordialidade, foram fundamentais para que pudéssemos realizar esta avaliação institucional.

A Comissão fez reuniões abertas com todos esses segmentos, reuniões estas organizadas por segmento, além de ouvir as diversas esferas de administração acadêmica (diretoria, colegiados e chefias de setores). Tais encontros se mostraram essenciais para o completo entendimento do documento de Avaliação Institucional sobre o qual trabalhamos e para uma percepção mais acurada das especificidades do IAU. Em segundo lugar, as professoras Ana Fernandes e Maria Lucia Malard gostariam de firmar que endossam integralmente o documento elaborado pelo avaliador internacional, professor Daniele Vitale, embora tenham preferido apresentá-lo em separado, para destacá-lo. Isso porque, pertencendo a um contexto acadêmico e cultural diferente do nosso, o prof. Vitale apresenta visões peculiares, principalmente no que diz respeito à formação de arquitetos e urbanistas, que julgamos merecedoras de especial atenção. Assim, o IAU poderá mais facilmente identificá-las, contextualizá-las e considerá-las no processo de mudança curricular que está em curso.

Passa-se, em seguida, ao Parecer da Comissão, apresentando, no item nº8, o parecer do prof. Vitale.

1- Sumarizar o desenvolvimento acadêmico da Unidade, com base no relatório de autoavaliação e nas demais informações existentes, indicando pontos que: a) sejam considerados adequados; b) que mereçam destaque; e, c) que necessitem aprimoramento e sugestões de como a Unidade poderá investir para estimular a qualidade das atividades acadêmicas.

a) sejam considerados adequados

O IAU-SC é uma nova unidade do campus de São Carlos da USP, que ganhou autonomia da Escola de Engenharia em 2010, depois de uma existência, inicialmente como pós-graduação - 1971, o primeiro mestrado do país na área de AU - e, na sequência, como um de seus departamentos, passa a desenvolver também o ensino de graduação (1985). Desde seu início primou pela consistência da formação oferecida, tendo se consolidado como um dos principais cursos de graduação e de pós-graduação no país na área em questão, articulados a intensa atividade de pesquisa.

Cerca de 702 profissionais já foram formados pelo curso de AU desde sua criação em 1985, bem como 550 mestres (desde 1971) e 79 doutores (desde 2003) foram titulados. Para o período 2010-2014, formaram-se 162 arquitetos e urbanistas, 81 mestres e 48 doutores, proporção adequada quando relacionada com os números de ingressantes em cada curso.

Tendo em vista essa regularidade e qualidade do ensino oferecido no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP-SC e, portanto, a sua adequação às formações oferecidas, a Comissão entendeu ser mais interessante se deter nos aspectos que merecem destaque e naqueles que podem passar por um processo de aprimoramento.

b) Aspectos que merecem destaque

I Projeto Institucional

Trata-se de unidade de pequeno porte, com 39 docentes e 36 servidores, onde se destacam tanto a atuação polivalente dos servidores em diferentes setores e sua consequente capacitação multiatividades, quanto a organização dos docentes pelas atividades-fim da universidades [ensino, com graduação e pós, pesquisa e cultura e extensão], rompendo com a tradicional organização em departamentos, divididos por áreas de conhecimento, o que possibilita maior integração entre os diferentes campos de conhecimento envolvidos.

Segundo a visão da unidade (criada em 2010, seguindo o estabelecido no Plano Estratégico 2006-2016), seu propósito é o de se constituir um polo de referência em políticas públicas urbanas e regionais na USP/São Carlos, com a implantação de cursos que complementassem a gama de saberes já presentes nesse campus. Dentre esses cursos, especial destaque deve ser dado ao de Geografia que, somando-se às capacidades instaladas em Engenharia Ambiental, Engenharia de Transportes, Arquitetura e Urbanismo, consolidaria esse polo, desenvolvendo conhecimentos em Ciências Sociais Aplicadas e suas interfaces com as engenharias. A não implantação do curso de Geografia até o momento, decorrente de cortes orçamentários, frustrou esse projeto, que parece inovador no contexto paulista e brasileiro, e muito profícuo. A intenção do IAU é de persistir com o projeto de inserção desse curso na USP-SC, aprovado em 2013, o que é de todo recomendável, considerando-se a estratégia

preconizada já no plano de 2005. Destaque-se ainda a alta qualificação do corpo docente e a adesão ao projeto institucional tanto por parte de docentes quanto de servidores. Esse último aspecto ficou bem evidente nas entrevistas para as quais foram convidados todos os docentes e servidores.

Um outro destaque é a participação do Instituto em diversos programas da USP, como o de reciclagem, o de economia energética e o de acompanhamento de egressos, entre outros, o que tem reforçado tanto sua inserção institucional quanto as iniciativas da administração central.

II - Graduação

1 - Destaca-se, primeiramente, que o curso de Arquitetura e Urbanismo apresenta uma demanda elevada (entre 23 e 31 candidatos por vaga no período avaliado), o que pode ser indicativo de dois fatos:

a) O curso possui boa reputação acadêmica no meio externo;

b) O curso possui um alunado bastante qualificado no que se refere aos parâmetros de avaliação dos ingressantes adotado pela USP (vestibular).

2 - Merece ainda ser ressaltada a decisão de inclusão do ENEM no processo de seleção de novos ingressantes, face ao público ainda bastante seletivo dos estudantes de graduação, majoritariamente oriundos da escola privada (73,8%) contra apenas 6,6% egressos somente de escola pública e 18,3% de escola pública e cursinho.

Assim, dentre os ingressantes, 24% são beneficiários das políticas de inclusão social da USP, mas apenas 8,3% possuem de zero a três salários mínimos de renda familiar mensal, o que sinaliza para o fato de que o curso de Arquitetura e Urbanismo da USP/São Carlos deixa de atrair uma significativa parcela dos jovens pobres, que podem ser muito talentosos para a área de Arquitetura e Urbanismo.

3 - Destacam-se, também, duas experiências que foram apontadas pelos estudantes como momentos relevantes do curso: a experiência do primeiro ano, que tenta desconstruir as concepções e atitudes trazidas de vivências anteriores e não universitárias, em prol de uma visão crítica das práticas sociais e culturais, e de uma atitude criativa. As viagens de estudo também compõem no discurso dos estudantes como importantes momentos analíticos e críticos de sua formação, pelo contato com outros contextos arquitetônicos e urbanísticos, sua história e suas peculiaridades técnicas e construtivas.

4 - O fato de que 2/3 dos estudantes de graduação passam por atividades de Iniciação Científica indica um processo promissor em termos da formação de graduandos altamente qualificados.

5 - A mobilidade estudantil em crescimento também é relevante: 44 estudantes de graduação em intercâmbio em diferentes universidades no período de 2011 a 2014 e 49 estudantes estrangeiros recebidos entre 2011 e 2014. Esses números apontam para um processo expressivo e crescente de internacionalização da USP.

6 A atualização tecnológica dos laboratórios de apoio ao ensino é outro aspecto de relevo, principalmente os laboratórios de produção de vídeo, a IPTV, as instalações para vídeo conferência, o centro de produção digital (funcionando 24hs) e os laboratórios de fabricação digital de maquetes e modelos.

7- A oferta de disciplinas ministradas para outros cursos das engenharias, com destaque sobretudo para a ambiental.

III - Pesquisa e Pós-Graduação

1. Merece destaque a participação do IAU nos programas Dinter e Procad, em apoio às ações da Capes para a qualificação de pessoal de nível superior no Brasil.

2. É relevante ainda o fato de que 82% dos docentes atuam na pós-graduação como orientadores e 100% ministram aulas na graduação. Isso garante uma grande permeabilidade entre graduação e pós-graduação, com benefícios para ambas.

3. A produção intelectual dos docentes e dos pós-graduandos é significativa, tanto quantitativa quanto qualitativamente, face aos 07 prêmios que os trabalhos de conclusão obtiveram nos últimos 5 anos: Melhor Tese _ANPARQ, 2010, Tese Destaque USP 2011 (menção honrosa), VII Prêmio ANPUR _Tese, 2013 (menção honrosa), Tese Destaque USP 2013 (Menção Honrosa), Destaque USP 2014 (menção honrosa), Melhor Tese _ANPARQ 2014, Prêmio CAPES de Tese 2014. Esse número é bastante expressivo no âmbito da área de Arquitetura e Urbanismo.

4. Relevantes são ainda diversos aspectos das atividades de pesquisa e pós-graduação, consistentes com o Projeto de Desenvolvimento Institucional do IAU: mobilidade docente e programas de cooperação internacional; 61% do total de mestres e doutores egressos em atividades de docência; 11 Grupos de Pesquisa ativos e cobrindo diferentes áreas do campo da Arquitetura e Urbanismo; atividades de extensão, como cursos, oficinas, exposições, etc.; ampliação de vagas também na Pós-Graduação; avaliação independente das dissertações e teses (o Orientador não participa do voto nas bancas de defesa).

IV - Internacionalização

Além dos dados de mobilidade já apontados anteriormente, destacam-se as seguintes ações para incrementar a internacionalização do IAU: a iniciativa de criação de uma Comissão de Internacionalização, não prevista estatutariamente, que trabalha em assessoria à direção; a

possibilidade de se admitirem provas de concursos para docentes em língua espanhola, com o objetivo de atrair docentes da América Latina; a possibilidade de aplicação de provas de seleção de alunos de pós-graduação em 05 línguas: português, inglês, italiano, francês e espanhol.

c) possibilidades de aprimoramento

I- Projeto institucional

Mesmo sendo louvável o quadro enxuto de servidores, muitos setores do Instituto estão trabalhando no limite crítico das atividades, com dificuldades para encaminhar substituições necessárias em casos de férias, demissões voluntárias, licenças maternidade, entre outros. Uma pequena expansão do quadro de servidores seria desejável. Ainda nesse campo, será bem vinda a criação de sistemática de comunicação sobre as decisões tomadas para os diferentes setores, como indicado nas metas da unidade, através da criação de um boletim. A sensibilização dos docentes no que se refere às exigências da execução orçamentária (procedimentos e prazos) é também um aspecto importante a ser considerado.

Além disso, os servidores sugerem a criação de ouvidoria interna à unidade para encaminhamento de solicitações e sugestões e correção de problemas, de forma a criar rotinas de procedimentos administrativos também nessa dimensão.

II-Graduação

Mesmo num curso de qualidade, é desejável um processo contínuo de ajustes. Nesse sentido, destacamos alguns pontos que podem ser aprimorados.

Em primeiro lugar, a necessidade de enfatizar o processo de inclusão social de novos ingressantes, conforme referências já feitas no item anterior e reforçada em itens subsequentes.

Por outro lado, considerando que na atual grade curricular há um grande potencial de integração interdisciplinar horizontal que não é totalmente realizado, o IAU poderia contemplar essa questão no processo de discussão curricular em andamento. No mesmo sentido, uma maior articulação com cursos e laboratórios já existentes na USP-SC seria bem-vinda.

Já a organização do tempo das atividades didático-pedagógicas poderia ser repensada em termos de seu maior encadeamento e aproveitamento, pois terá repercussões positivas no aproveitamento dos espaços, no desenvolvimento dos trabalhos dos estudantes e professores e na inserção dos estudantes em programas de estágios, iniciação científica, cultura e extensão.

Também seria importante considerar a possibilidade de ampliar, desde as séries iniciais do curso, a interface da formação oferecida com a cidade, com tecnologias construtivas e com construção (obras), facilitando a integração dos diferentes domínios de conhecimento e de prática.

No que se refere aos processos de avaliação dos estudantes, contribuiria para a formação dos mesmos, em termos da compreensão de sua autonomia no processo de aprendizagem, integrar a possibilidade de avaliação individual dos trabalhos ao longo dos 04 anos de formação que antecedem o Trabalho de Graduação Interdisciplinar (TGI).

Por fim, parece importante definir como ação contínua a manutenção da excelência dos laboratórios existentes, atualizando equipamentos e softwares, bem como ampliando acesso e espaço para alguns deles.

III- Pós-Graduação

Embora bem-estruturada e consolidada, alguns aspectos poderiam ser aprimorados também na formação pós-graduada.

Assim, será importante reforçar e ampliar os seminários de acompanhamento de pesquisas na PG, instituídos em 2014, passando a integrá-los na cultura de formação do Instituto.

Seria também oportuno equilibrar as ofertas de disciplinas nas duas áreas de concentração nos semestres letivos, de forma a possibilitar a melhor organização do tempo dos discentes em termos de cumprimento de carga horária obrigatória.

Considerando que todas as disciplinas da pós têm caráter optativo – o que é muito positivo – valeria explorar possibilidades sobre criação de instância de congregação dos novos estudantes da PG, dando lugar à formação de sentimento de – turmas A - recepção de novos estudantes, particularmente em sua relação com os campi da USP-SC, poderia ser pensada através de sua acolhida por veteranos, por servidores ou por docentes.

IV- Pesquisa

Dois aspectos parecem poder ser aprimorados. O primeiro diz respeito à socialização da produção dos grupos de pesquisa no âmbito do próprio Instituto. Construir um espaço integrado de discussão poderia complementar ou mesmo ser adicionado à interessante iniciativa já existente do Café com Pesquisa, organizado pelos estudantes de graduação no âmbito do SAAU _Serviço Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo.

O segundo diz respeito a maior clareza na relação entre linhas, grupos e núcleos de apoio à pesquisa. Mesmo considerando que, muitas vezes, a oportunidade de programas de financiamento introduz

instâncias de agregação antes inexistentes institucionalmente, seria interessante explicitar seus objetivos e a articulação entre eles.

V- Cultura e Extensão

Com grande capacidade docente instalada, inclusive assumindo responsabilidades de toda a política de cultura e extensão da USP-SC, seria interessante buscar coordenar a política de extensão do Instituto e a sua política de formação, particularmente a graduada.

Atividades de extensão de caráter profissionalizante também seriam bem vindas, também considerando a capacidade instalada e as demandas existentes e já detectadas pelo Instituto.

VI- Internacionalização

A explicitação dos objetivos e aspectos qualitativos da mobilidade internacional de estudantes e docentes, mais que sua quantidade, como estimulada por diversos processos avaliativos atuais, pode se constituir no lastro do trabalho competente que já vem sendo realizado pela comissão adhoc de internacionalização constituída no âmbito do Instituto.

d) sugestões

I- Graduação

De forma geral, o processo de reestruturação curricular do ensino de graduação, em curso no Instituto, cria enormes expectativas em relação a seus desdobramentos em termos de conteúdos, configurações e processos de ensino-aprendizagem que deverão guiar a nova experiência de formação. Até o momento, questões importantes já foram levantadas acerca de determinadas ausências ou insuficiências, a exemplo de tensionamentos conceituais e operativos sobre urbanização, sustentabilidade, construção, patrimônio e cultura.

Seria interessante acrescentar ainda, a partir de uma leitura intensiva e projetiva do contemporâneo em suas relações ampliadas com o território e a sociedade, quais as bases de competência que se quer construir, indo além de algumas afirmações de validade genérica, estabelecidas para o campo abstrato e indiferenciado do espaço internacional. Nesse caso, faz todo o sentido indicar os termos das relações privilegiadas que se busca estabelecer no campo da formação com os países da América Latina, indicados como um dos centros da estratégia de atuação do Instituto, ou com outros países, de forma geral.

Por outro lado, parece importante problematizar a questão do papel das atividades de cultura e extensão no próprio processo de formação dos estudantes da graduação, ainda pouco contempladas, inclusive na vertente de constituição ou não de escritório modelo ou outra alternativa para a experimentação pré-profissional dos estudantes, possibilidade indicada já na avaliação de 2004 e ainda não implementada. No âmbito desse processo de reestruturação, sobressai também a necessidade de instituir e dar relevância ao grupo de apoio pedagógico, tendo em vista ser fundamental pensar também os próprios procedimentos de ensino, aprofundando a discussão sobre as relações desejáveis entre ensino e aprendizagem. Decorre daí a importância de estabelecer como será feito o processo de acompanhamento e avaliação da implementação do novo projeto político-pedagógico do curso de graduação. Sugere-se ainda que, no processo de modificação curricular, o IAU-USP promova discussões envolvendo docentes de outros cursos conceituados de Arquitetura e Urbanismo, nacionais e/ou estrangeiros, que passaram ou passam por experiências semelhantes.

De forma pontual, mesmo antes que seja concluído o processo de reestruturação curricular, mas sem deixar de compor o seu horizonte de problematizações, pode-se também buscar eliminar, ou minimizar, a atual fragmentação dos turnos de trabalho, organizando o horário das atividades obrigatórias de ensino em apenas um turno, para favorecer a participação de estudantes em atividades extraclasse, bem como estabelecer tutorias para acompanhamento dos estudantes em seu percurso de formação.

Por fim, considerando que quase 70% dos estudantes são provenientes das camadas de renda mais alta da população, pensar mecanismos de inclusão mais eficazes do que aqueles atualmente adotados, sem perder de vista as possibilidades acadêmicas dos ingressantes. Há diversas outras experiências no país que merecem ser avaliadas.

II- Pós-Graduação

A principal sugestão, aliás, já contemplada no plano institucional, concerne a criação de formação pós-graduada de caráter profissionalizante (especialização ou mestrado), considerando que novos professores estão sendo engajados no Instituto e, nesse sentido, talvez fosse possível pensar a criação dessa vertente de formação em horizonte mais próximo, cerca de 05 anos. Essa iniciativa, no entanto, não deve comprometer o perfil de pesquisa já consolidado no Instituto.

III- Pesquisa

Pensando a pesquisa de forma articulada à inclusão social e à problematização do próprio campo da arquitetura e urbanismo, seria interessante estimular a agregação de bolsistas do ensino médio (Programa PIBIC-Ensino Médio) nos novos projetos de pesquisa a serem concebidos.

IV- Internacionalização/Mobilidade

Considerando que, muitas vezes, a internacionalização carrega uma grande carga de fetiche, parece importante, ao lado dos processos de mobilidade internacional, estimular também a mobilidade nacional dos estudantes, como previsto no plano institucional da unidade.

Pensar estratégias de formação e pesquisa que possam combinar internacionalização, metropolização e interiorização parece ser um caminho importante para a ação acadêmica do Instituto.

Obs: Explicitar a situação da Graduação e da Pós-Graduação, com base em indicadores objetivos disponíveis e nos projetos em desenvolvimento, bem como na articulação entre as atividades-fim, a interdisciplinaridade, o estágio de internacionalização das atividades-fim, a articulação interna e externa da Unidade e as assimetrias (desigualdades) internas na realização das atividades-fim.

2- Analisar a objetividade das metas acadêmicas propostas e a consonância com a missão da Unidade/Departamentos e com o estágio de desenvolvimento acadêmico da Unidade.

As principais metas acadêmicas apontadas mostram-se consistentes com o Plano Institucional do IAU, embora um novo fator não previsível tenha se apresentado: a escassez de recursos em 2014, ampliada neste ano de 2015. Isso pode levar ao adiamento de algumas metas, mas não as inviabilizam no médio prazo. No horizonte de 5 anos, todas as metas que não implicam em aumento de despesa poderão seguir seu curso normal e até contribuirão para a superação das dificuldades temporárias, decorrentes das restrições orçamentárias.

2.1. As metas relativas à gestão (letra "a" do item 3.1.1 da Avaliação Institucional), que se constituem na complementação do processo de institucionalização do IAU, podem ser todas elas cumpridas, pois dependem da aderência do pessoal docente, do pessoal técnico e administrativo e dos estudantes. Esse engajamento institucional foi constatado por esta Avaliação Externa nas entrevistas realizadas com todos os segmentos dessa comunidade.

2.2. Infraestrutura

Em que pesem as dificuldades financeiras vividas pela USP e pelo país, todos os esforços devem ser empreendidos para dotar o IAU dos espaços minimamente necessários ao seu pleno funcionamento.

Algumas ações nesse sentido são críticas e demandam urgente encaminhamento. Dentre elas destaca-se o bloco que abrigará a biblioteca e a administração, cuja construção permitirá, também, a desocupação de áreas hoje destinadas aos serviços administrativos essenciais, que podem suprir as principais carências de espaço da pós-graduação. A carência de espaço físico para o bom desempenho das atividades do IAU mostra-se evidente, desde a falta de uma biblioteca até a falta de uma área coberta e protegida para guardar os veículos, passando pela necessidade de expansão de alguns laboratórios de ensino e pesquisa, tais como o de informática, vídeo e IPTV, o de produção digital de maquetes e modelos e o galpão de experimentações em arquitetura e urbanismo. A excelência do IAU nas áreas em que atua, tanto em ensino como em pesquisa e pós-graduação - pode ficar comprometida pela insuficiência e inadequação de espaços.

2.3. Servidores: planejamento para qualificação e reposição

O corpo técnico e administrativo é enxuto (pouco menos de 1 servidor por docente) e bastante eficiente, mas precisa ser aumentado até alcançar a relação aproximada de 1,3 servidores por docente. Esse adicional seria distribuído entre laboratórios e atividades administrativas, para fazer face aos afastamentos temporários de natureza legal e aos afastamentos para treinamento. A USP possui muitas oportunidades de treinamento que têm sido aproveitadas e se pretende intensificar. Entretanto, se o corpo técnico permanecer subdimensionado, essa meta ficará frustrada.

O IAU adota uma estratégia muito positiva, de fazer com que os funcionários administrativos circulem por vários setores e sejam capacitados para diversas atividades: compras, almoxarifado e patrimônio, administração acadêmica, etc. Apenas os funcionários dos laboratórios, que são técnicos especializados, não participam dessa rotatividade. Entretanto, quando o UIA precisa promover um evento maior, todos se mobilizam numa espécie de mutirão. Esse envolvimento institucional dos servidores técnicoadministrativo é altamente positivo e precisa ser valorizado.

2.4. Corpo docente: planejamento para qualificação e reposição

Além de altamente qualificado, o corpo docente é diversificado em suas competências, o que enriquece muito a realização curricular, tanto na graduação como na pós-graduação. Esse perfil também se rebate na excelência da produção acadêmica do IAU, conforme reconhece a CAPES, na sua última avaliação. A relação aluno/docente é satisfatória, mas como os docentes do UIA oferecem disciplinas para outros cursos, notadamente a engenharia ambiental, planeja-se ampliar o corpo docente até que se atinjam os níveis médios da Universidade, para elevar sempre o padrão de excelência. Destacam-se as metas de se fazer um planejamento de reposição docente em decorrência de futuras aposentadorias e de se fazer um planejamento para as atividades de pós-doutoramento dos docentes.

2.5. Processos de ensino e aprendizagem

A meta principal nessa área é a de implementar as modificações curriculares que já estão sendo discutidas pela comunidade acadêmica do IAU. Planeja-se concluir o projeto ainda no atual semestre para, se possível, começar a vigorar em 2016. Associada à mudança curricular propõe-se, também, o incremento do uso das tecnologias digitais e de comunicação, em apoio às atividades presenciais de todas as disciplinas de graduação.

2.6. Corpo Discente

As metas são consistentes com os demais aspectos do projeto institucional. A Comissão sugere que se dê mais ênfase às ações que deverão ser desencadeadas para o nivelamento intelectual e cultural do corpo discente, na medida em que se aumentar o processo de inclusão social e, conseqüentemente, ampliar o universo de captação de "novos talentos". A meta de implementação de novas estratégias deve contemplar essa questão. Como a palavra "talento" pode ser lida com diferentes significados, cabe perguntar: talentosos para fazer o quê? Para desenvolver quais habilidades e competências estabelecidas? (Art. 5º das Diretrizes Curriculares). O projeto pedagógico visando à mudança curricular, ora em discussão, deve colocar em pauta essa questão. Só assim será possível definir os mecanismos de seleção capazes de identificar os estudantes talentosos. Um fato parece claro: tais mecanismos não podem ser socialmente excludentes, sob pena de desperdiçar uma grande parcela de talentos provenientes das camadas mais pobres da população.

2.7. Graduação

As metas estabelecidas para a graduação são coerentes com as demais metas arroladas. Destaca-se a implantação do curso de Geografia que, como já foi mencionado, vai contribuir muito na consolidação, em São Carlos, de um polo de referência em Políticas Públicas. Sugere-se incluir a captação de "novos talentos" (nos termos colocados no item anterior) dentre as camadas sociais que se fazem presentes minoritariamente no curso.

Na elaboração do Projeto Político Pedagógico e Estrutura Curricular do novo curso de Design seria desejável uma grande interação com centros nacionais e internacionais de excelência nessa área, para não incorrer nos mesmos erros verificados em alguns cursos de Design nucleados nos cursos de Arquitetura e Urbanismo no país.

2.8 - Pós-Graduação

As metas enunciadas para a pós-graduação acadêmica são condizentes com a configuração atual do programa e com o perfil dos docentes. A Comissão sugere que as metas relativas a cursos profissionalizantes devam ser maturadas, em função do perfil docente ser preponderantemente acadêmico. O caráter desses cursos devem ser objeto de ampla discussão. Cursos para atualização teórica, conceitual e tecnológica (tecnologias digitais aplicadas à Arquitetura e Urbanismo) talvez contemplem parte da demanda externa e são condizentes com um perfil mais acadêmico. Outras vertentes podem estar vinculadas à chegada de novos professores, com perfil mais próximo a uma demanda de caráter profissionalizante.

A meta de obter a nota 06 na próxima avaliação da Capes pode ser atingida até com certa facilidade, caso as demais metas que têm interface com ela sejam perseguidas com afinco. E esta parece ser a disposição da comunidade acadêmica da IAU.

Sugere-se que o programa de pós-graduação faça uma oferta mais estável das disciplinas optativas, contemplando sempre toda a temática abrangida pelos trabalhos de teses e dissertações, para que os estudantes possam se programar melhor no processo de creditação.

2.9. Pesquisa

As metas para a pesquisa estão ancoradas nas ações em andamento nessa área, o que as torna consistentes com o Projeto Institucional como um todo. A Comissão sentiu falta de uma meta que contemplasse maior ação colaborativa dos grupos de pesquisa do IAU com outros grupos de excelência no país e no exterior.

2.10. Cultura e Extensão

A questão dos cursos de prática profissionalizante já foi discutida no item anterior. A implantação do NEP - Núcleo Experimental de Projeto - é uma iniciativa importante, principalmente se a prestação de serviços for voltada para o setor público e se houver forte interação com a realização curricular. Serviços do interesse do setor privado só farão sentido quando se tratar de inovação. Nesse caso, a caracterização seria de pesquisa e desenvolvimento.

2.11. Internacionalização

As metas propostas para a internacionalização complementam as ações em andamento e que já foram comentadas anteriormente. Destaca-se a meta de se ofertar disciplinas em língua estrangeira, principalmente inglês e espanhol, para atrair intercambistas, pesquisadores visitantes e pós-graduandos stricto sensu.

3- Comentar as manifestações obtidas durante as entrevistas com o corpo docente (graduação e pós-graduação) sobre o desenvolvimento das atividades acadêmicas na Unidade.

A Comissão optou por fazer entrevistas com os três segmentos da comunidade acadêmica (docentes, discentes e técnico-administrativos), para ter uma percepção global da Unidade. Essas reuniões, entretanto, foram separadas por segmento, para garantir a todos um espaço de livre manifestação.

Estudantes de pós-graduação.

Na reunião com os estudantes, o comparecimento maior foi o dos estudantes de pós-graduação. Em geral se mostram satisfeitos com o Programa, as atividades de pesquisa e os orientadores. As reclamações se concentram na insuficiência de espaço para os pós-graduandos, principalmente de uma sala onde pudessem trabalhar em grupo ou individualmente, pois nem todos os Grupos de Pesquisa aos quais estão vinculados possuem espaço suficiente para acolhê-los. Também é mencionada a insuficiência de equipamentos para levantamentos de campo, a exemplo de câmeras fotográficas e filmadoras.

Os estudantes se referem ainda à pequena comunicação existente entre grupos de pesquisa, assim como externam preocupação em relação à capacidade de orientação instalada, sobretudo com a ampliação de vagas, uma vez que já existem algumas demandas não atendidas.

Há ainda uma grande preocupação com o corte das bolsas por parte dos órgãos de fomento (estaduais e federais), o que pode causar evasão ou alongamento do prazo de conclusão, pois diversos estudantes precisarão trabalhar para se manter no curso.

Sugerem um controle maior da frequência dos estudantes bolsistas. Segundo eles, alguns orientadores exigem que o estudante frequente ao Instituto e outros não, o que gera um tratamento diferenciado.

Estudantes de graduação

Os graduandos se mostram em geral satisfeitos com o curso e com a qualificação dos seus docentes, ressaltando a capacidade crítica adquirida no percurso da formação. As principais demandas por eles colocadas são:

- Falta de articulação horizontal entre as disciplinas, o que resulta numa grande quantidade de trabalhos práticos, muitas vezes sobrepondo conteúdos (por exemplo, se eles estão projetando um conjunto habitacional, gostariam de tratar as questões construtivas, de conforto ambiental e de paisagismo no mesmo objeto de trabalho). Disseram, por exemplo, que podem fazer uma praça no projeto arquitetônico e, no mesmo período, uma praça no projeto de paisagismo. Por que não a mesma praça, perguntam eles.

- Os problemas acima são atribuídos por eles a uma suposta "falta de conversa entre os professores".

- Relatam ter pouco contato com obras e com tecnologia de construção, além de uma falta de conhecimento tecnológico aplicado: as aulas são muito teóricas ou demonstrativas, dizem eles, sobretudo até o 4º ano. Sugerem também que o contemporâneo seja incluído mais cedo no percurso de formação.

- A administração do tempo (horário de aulas) e o acúmulo de trabalhos a serem entregues na mesma época são também considerados como problemas a serem equacionados. Sugerem um calendário de entrega de trabalhos, compatibilizando datas.

4- Analisar o planejamento e a gestão acadêmica e administrativa da Unidade e dos Departamentos.

O Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP-SC destaca-se pela capacidade de formulação de um projeto acadêmico consistente, que congrega as diferentes instâncias de formação e as demais atividades-fim da unidade. Além disso, revela seu compromisso com a universidade, de forma mais ampla, seja aderindo prontamente a vários de seus programas, seja liderando políticas de articulação que extrapolam a unidade, enfatizando possibilidades de sinergias e imbricações entre diferentes campos de conhecimento.

Dessa forma, a gestão acadêmica e administrativa da unidade se desenvolve de forma bastante ativa, onde o engajamento dos diversos segmentos - docentes, servidores e estudantes - na execução de suas atividades e na formulação de alterações e ajustes necessários é excelente indicador do compromisso com a qualidade do desempenho nas diversas atribuições da unidade.

O planejamento da unidade também deve ser considerado como significativo, na medida em que compõem o horizonte de sua atuação não apenas o aprimoramento e expansão do campo da arquitetura e urbanismo, mas também a implantação do curso de geografia (já aprovado em 2013) e a criação dos cursos de história e design.

5- Analisar a situação da infraestrutura da Unidade/Departamentos em relação a sua organização administrativa, abrangendo também Recursos Humanos, materiais, biblioteca e tecnologia da informação e inovação.

Tendo em vista todos os aspectos já comentados anteriormente, vale aqui destacar um ponto essencial e urgente ao desenvolvimento adequado das atividades do Instituto de Arquitetura e Urbanismo: a necessidade de ampliação de seu espaço físico. A ampliação de vagas e suas decorrências sobre as demandas de espaços de ensino, muitos já sobrecarregados, de espaços de laboratórios, de eventos e de encontros, a diminuição do número de salas antes destinadas à pesquisa por necessidades da administração, a própria ampliação dos encargos administrativos e de gestão, a necessidade de constituição de uma nova biblioteca após a separação da Escola de Engenharia, a possibilidade de implantação do curso de Geografia são aspectos que constituem demandas incontornáveis para a atuação acadêmica adequada do Instituto.

6- Comentar a interação da Unidade com outras instituições congêneres e sua relação com outros setores da sociedade civil e organizada (indústria, governo, etc.), nos âmbitos nacionais ou internacionais, e seu impacto acadêmico, econômico e/ou social.

O Instituto de Arquitetura e Urbanismo desenvolve relações plenas e simétricas com instituições universitárias congêneres, nacionais e internacionais. A produção acadêmica de seus docentes e discentes é sólida e tem garantido à unidade circulação no meio acadêmico e contribuição intelectual em suas áreas de pesquisa.

Ainda pouco desenvolvida encontra-se a sua relação com setores da sociedade civil, situação essa que, para ser equacionada, deve considerar as características do contexto urbano-regional no qual se insere a USP-SC de forma mais geral.

Atividades relativas a políticas públicas têm acontecido de forma irregular, mas com crescimento significativo no último período. Não há relações com a indústria ou o setor empresarial de forma geral.

7- Apresentar, se pertinente, sugestões e/ou recomendações à administração das Unidades, dos Departamentos, da Universidade e à Comissão Permanente de Avaliação (CPA).

No que concerne à unidade, vários comentários e sugestões já foram feitas em itens anteriores.

Em relação à Universidade, parece-nos importante reforçar algumas indicações já presentes no relatório de avaliação do IAU, tendo em vista sua centralidade para o projeto acadêmico do Instituto.

- cálculo de dotação orçamentária do Instituto a ser revisto, tendo em vista sua estrutura como unidade e não mais como departamento.

- apoio à ampliação do espaço físico para atividades de graduação e pós-graduação, em função de toda a argumentação já feita anteriormente, como por essa se constituir em exigência colocada para o credenciamento do curso de Arquitetura e Urbanismo em 2017.

- apoio à necessidade didática do Instituto de atrair professores com experiência profissional para o ensino de graduação, com as decorrências necessárias sobre os regimes de trabalho e remuneração.

- apoio à proposta do IAU de identificação do perfil sociocultural dos ingressantes, o que complementa bem o processo já em curso de avaliação dos egressos, projeto piloto da USP ao qual o Instituto aderiu.

- apoio ao programa de articulação do campus de São Carlos como instância acadêmica e não meramente geográfica, através da ação do Núcleo Gestor de Cultura e Extensão do Campus de São Carlos, atualmente presidida por professor do IAU.

- aproveitamento das pesquisas em arquitetura, construção, eficiência energética e sustentabilidade desenvolvidas pelo IAU para orientar política de novas construções nos campi da USP.

Para a Comissão de Avaliação Docente, parece-nos importante reforçar as observações já feitas sobre o item relativo à atração de estudantes talentosos. Definir os mecanismos de seleção capazes de identificá-los deve tomar como princípio o caráter público da universidade, o que significa que tais mecanismos não sejam socialmente excludentes, sob pena de desperdiçar uma grande parcela de talentos, provenientes das camadas mais pobres da população, com domínio de outros repertórios e possibilidades de construção do conhecimento.

8 - Parecer do Prof. Daniele Vitale - Avaliador Externo Internacional

Universidade de São Paulo (USP)

Avaliação Institucional USP

2010-2014

Unidade:

Instituto de Arquitetura
e Urbanismo (IAU)

Comissão:

Maria Lucia Malard
Ana Fernandes
Daniele Vitale
Observações de Daniele Vitale

Parecer geral sobre a escola

O parecer da Comissão sobre a escola de arquitetura de São Carlos (IAU) é amplamente positivo. Com base, inclusive, nos encontros com o pessoal administrativo, com os professores e com os estudantes, pode-se dizer que, na escola, as relações entre os diversos componentes são boas e de recíproca abertura. Com base naquilo que a Comissão pôde avaliar, também é bom o nível dos cursos e dos projetos. Naturalmente, um dos problemas mais sérios é aquele da escassez dos recursos e ainda mais o da insuficiência dos espaços e do número de docentes. Na escola, porém, existem debate e tensão cultural, e é este o aspecto que a Comissão considera mais importante. Para além deste parecer, acredita-se que o trabalho da comissão deveria não apenas referir-se em modo restrito às perguntas da Universidade e às respostas do IAU, comentando-as, mas propor considerações e recomendações que possam ser úteis em geral.

Processos de ensino e aprendizagem.

Características gerais da escola [p. 13, parágrafo 2.6.1].

Compartilha-se e aprecia-se o quanto o Relatório afirma acerca da impostação geral da escola, A escola deveria, todavia, dar indicações mais precisas a respeito da sua inspiração ideal e acerca dos temas ideológicos e práticos aos quais pretende ligar o seu próprio trabalho. São temas que se transformam no tempo e caracterizam as fases históricas da cultura. São, também, temas que caracterizam uma escola em relação a outras. As escolas brasileiras, antes e depois da última guerra, tiveram, por exemplo, como tema prevalente aquele da identidade latino-americana e brasileira. Aquelas europeias, dos anos sessenta até o fim do século XX, reportaram o seu trabalho, sobretudo, ao problema da cidade. Aquelas inglesas deram particular destaque à questão das tecnologias. Aquelas portuguesas tiveram uma forte relação com o ofício e, junto a isso, com um mundo figurativo relativamente definido. Escolher alguns temas de cultura, sobre os quais a escola trabalhará em modo plural, convém a definir o caráter ideal e, junto disso, a interpretar uma fase histórica. Parece abstrato e é importante. É justo que uma escola se constitua como escola culturalmente orientada, como aconteceu historicamente nas melhores experiências pedagógicas de âmbito internacional.

Internacionalização [p. 8, ponto 2.2.1. (b)]

As afirmações do Relatório sobre a internacionalização da escola, e os seus esforços neste sentido, são certamente apreciadas. Porém, é útil fazer a seguinte observação. A escola deveria tornar as relações com outras universidades o menos genérica possível e não multiplicá-las em sentido horizontal. Deve ser escolhido um número limitado de universidades e de escolas com as quais estabelecer relações, segundo critérios seja de afinidade que de diferença, mas com uma escolha consciente e orientada. Com isso, que sejam brasileiras ou estrangeiras, deve ser estabelecida uma relação de médio ou longo prazo, com intercâmbio de professores e estudantes, pesquisas a serem desenvolvidas em comum, cursos a realizar em modo coordenado e projetos a serem elaborados com grupos mistos. É uma escolha que, em partes, a escola já fez, por exemplo, em relação à FAUP (Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Portugal) e à HafenCity Universität de Hamburgo. Mas é, também, uma escolha que deve se tornar mais forte e mais precisa. O que significa privilegiar a profundidade das relações, ao invés da sua extensão.

Além disso, a relação não deve ser limitada às escolas de arquitetura, mas alargada para outras instituições, como escolas de outro conteúdo disciplinar e academias, centros de pesquisa, arquivos, grandes e pequenas bibliotecas, etc. O objetivo deveria ser aquele de construir redes internacionais de conexões que promovessem tarefas comuns e confrontassem métodos e instrumentos de trabalho.

Mesmo que o esforço possa ser concentrado sobre a América Latina, é bom não esquecer outras instituições geograficamente distantes que possam alargar os pontos de vista.

Relações com as entidades locais.

Propostas urbanísticas para a Prefeitura do Município de São Paulo
[parágrafo 2.7.7.1, p. 15]

As colaborações entre a universidade e entidades do governo do território são importantes, seja do ponto de vista político que cultural. O IAU estabeleceu com a Prefeitura de São Paulo uma relação de notável interesse. Uma recomendação, porém, é que os estudos e as propostas do IAU para a Prefeitura, como para outras instituições ou entidades locais, não digam respeito apenas a situações, problemas ou lugares urbanos específicos, mas sejam reconduzidas a uma visão da cidade. A universidade não deve ter um papel de suplência em relação à Prefeitura, nem agir com critérios de utilidade imediata. Deve mover-se sobre um terreno que lhe é próprio e sobre o qual a Prefeitura é,

em geral, débil, isto é, aquele da pesquisa de base e da elaboração de perspectivas de médio e longo prazo. Deve intervir com estudos e elaborar projetos urbanos e de arquitetura, que façam referência a um quadro de conjunto e a uma proposta de prioridades.

Atração de estudantes talentosos [p. 16, parágrafo 2.7.1.3 (c)]

Seja a USP que o IAU colocam como premissa atrair estudantes especialmente talentosos. Querem garantir facilidades a eles para que possam se inscrever com critérios preferenciais aos diversos Institutos da Universidade. A avaliação de mérito é confiada aos exames organizados pelo ENEM e FUVEST. Trata-se, todavia, de uma escolha com a qual pouco se compartilha, porque na grande parte dos casos os estudantes talentosos coincidem com os estudantes privilegiados. Mérito e privilégio sempre andaram de mãos dadas. Favorecer os estudantes "talentosos" significa, assim, quase sempre, aumentar o privilégio dos privilegiados. Uma solução alternativa, a se tomar seriamente em consideração, deveria ser aquela de facilitar o ingresso na escola dos estudantes desfavorecidos, que frequentemente são ótimos estudantes.

Deve ser estabelecido um critério com o qual reconhecê-los. Serviria a tornar menos desequilibrada a relação entre estudantes das várias camadas sociais. Esta observação diz respeito não apenas ao IAU de São Carlos, mas também à política da Universidade de São Paulo.

Em qualquer um dos casos é importante que a escola monitore constantemente a proveniência geográfica e social dos estudantes, não apenas através de estatísticas, mas através da pesquisa direta, de entrevistas e da modalidade do "autorretrato", através da qual é pedido a cada estudante para construir, por escrito, a sua própria história escolar, familiar e pessoal. [cfr. a pag. 19 o ponto 2.7.2.4, sobre características socioeconômicas dos estudantes].

A comissão considera útil propor algumas recomendações de caráter geral, que se referem a mais pontos tratados no Relatório.

Características gerais da escola

a) Uma escola de cultura

A escola deve propor-se a fornecer competências específicas, mas também a oferecer uma formação de caráter intelectual e cultural. Pretende ser não apenas uma escola técnica, mas de elaboração crítica e de pensamento. Conjuga as contribuições das ciências humanas com aquelas das ciências exatas e das técnicas. É importante, para esta finalidade, que reforce a colaboração com as competências especializadas presentes na USP (por exemplo, engenharia, matemática, filosofia, etc.), como em partes já acontece, e que também promova relações com culturas e instituições externas. Em geral, o objetivo deveria ser aquele de formar uma figura de intelectual dotada de capacidades profissionais e executivas.

A escola não é somente um lugar de transmissão, mas de produção de conhecimento. Ensino e pesquisa são concebidos como complementares e ligados entre si. Também o trabalho dos estudantes deve ser pensado em uma dimensão de pesquisa em um sentido geral e não apenas através os chamados trabalhos de iniciação científica [p. 20, ponto 2.7.2.9]. É importante que sejam formadas figuras técnicas distintas e com papéis diversos, mas a partir de uma base de reflexão comum. Os cinco eixos temáticos sobre os quais a escola afirma se organizar [pag. 17, ponto (d)] devem ser entendidos em modo não rígido e devem ter cursos comuns e áreas de sobreposição. A escola deve promover cultura e consciência civil, com um elevado grau de autonomia em relação às finalidades profissionais prefiguradas [p. 21, ponto 2.7.2.11].

b) As posições culturais e o projeto

A escola deveria levar em maior consideração a diversidade das posições culturais dos professores. Estes têm um papel determinante, mesmo se mascarado e tácito. Seria bom, portanto, que estas posições aparecessem e que se tornassem explícitas, seja no terreno do pensamento que sobre aquele dos direcionamentos projetuais. A análise que foi efetuada dos trabalhos da escola colocou em evidência uma sua articulação interna, que deve ser considerada um elemento de riqueza e um pressuposto do confronto cultural. Os professores podem construir as suas colaborações mesmo levando em conta suas recíprocas orientações. A escolha dos docentes destinados a trabalhar em modo integrado, e as correspondências entre os cursos e os laboratórios nos quais se projeta, devem ser decididas de forma colegiada, levando em conta os desejos manifestados pelos docentes e as possibilidades reais. Os estudantes têm o direito de direcionar o próprio trabalho e de decidir o próprio percurso didático com base em escolhas culturais.

c) A questão da língua. Leitura e escrita. As estruturas necessárias

Se uma escola brasileira de arquitetura propõe-se a ter uma postura cultural ampla, deve promover o amplo domínio da língua portuguesa, seja falada que escrita. É esta uma das principais modalidades de expressão e construção do pensamento, seja em geral, que no campo da arquitetura e do urbanismo. É, assim, importante que a escola assuma como uma sua tarefa aquela do conhecimento e do aprofundamento da língua por parte dos estudantes, inclusive daqueles estrangeiros. Deve-se discutir

se o aprofundamento do português deva ser buscado no interior dos cursos existentes ou em cursos específicos dedicados a isto, e quanto isto deva ser feito através dos grandes textos da literatura.

Também a escrita deve ser praticada nos cursos e deve ser objeto de ensino.

O quadro no qual a escola necessariamente se move, é, todavia, aquele das relações internacionais e, portando, do plurilinguismo. É importante organizar também o conhecimento das línguas estrangeiras e, em modo particular e privilegiado, aquele do inglês, pelo papel internacional e de trocas que ele assumiu no tempo. Ao lado disso, deve ser perseguido o conhecimento do espanhol, pela sua difusão na América Latina. Isto significa organizar cursos da universidade, e não necessariamente do IAU, de ensino das línguas estrangeiras, voltados tanto aos docentes como aos estudantes.

A escola deve promover a leitura, dando autonomia aos professores e estudantes na escolha dos livros, mas também imaginando um quadro de conjunto ligado aos objetivos gerais de formação. A escolha das leituras deve ser objeto de debate. Os livros e as revistas não devem ser vistos apenas na sua relação com as ideologias e com as tendências de pensamento, mas reconduzidos a um quadro material de produção e de organização da cultura (as instituições, a editoria, a imprensa, a comunicação de massa, os condicionamentos econômicos, etc.). É importante que leitura e escrita sejam pensados em suas relações recíprocas.

Estes objetivos comportam as necessidades de potencializar ao máximo a biblioteca [cfr. a pag. 18 o ponto 2.18], que deve se transformar em uma estrutura constantemente usada. A biblioteca deve não apenas ter uma política orgânica de aquisição de volumes de apelo internacional, dirigida por um conselho científico interno e externo ao IAU, mas deve orientar-se para a aquisição de inteiras bibliotecas de professores em fim de carreira, arquitetos, bibliófilos, colecionadores, instituições em vias de fechamento, etc. Tais aquisições podem ser frequentemente gratuitas ou em partes gratuitas e evitariam a dispersão frequente e vasta de patrimônios de livros, inclusive, de grande qualidade. É muito importante, naturalmente, que a biblioteca tenha uma sede não apenas adequada e que funcione, mas que seja arquitetonicamente reconhecível e ligada àquele que é um grande tema histórico e tipológico de projeto.

Organização disciplinar da escola

Novos cursos e disciplinas [p. 16, parágrafo 2.7.1.3. (a)].

É justo que a escola se coloque o problema das direções nas quais ampliar as próprias competências. Não deve, porém, ter a preocupação de construir um plano em aparência completo ou de preencher as suas lacunas. Um plano de estudos completo não existe. A escolha das matérias e das suas associações deve ser ligada a um projeto cultural e de trabalho. As disciplinas, mesmo que pareçam campos de saber claros e familiares, têm limites incertos, maiores em certos casos e menores em outros. A sua delimitação é histórica e relativa, e é necessário entender quais foram e quais são as suas transformações ao longo do tempo. É necessário, além disso, entender quais são as suas áreas de sobreposição e sobre estas trabalhar promovendo a colaboração entre professores. Existem áreas de sobreposição, por exemplo, entre o saber e a prática dos engenheiros estruturais e dos arquitetos, dos artistas e arquitetos, dos historiadores e dos arquitetos, dos engenheiros estruturais e dos tecnólogos, dos historiadores e dos geógrafos, etc.

Isto significa que em um plano de estudos, as disciplinas devam ser definidas nos seus conteúdos e algumas vezes reinventadas, para além dos nomes que trazem e do seu caráter em aparência reconhecido. Significa, além disso, que os programas não devam ser apanágio de cada professor, mas devam ser pensados em modo coordenado, prevendo espaços de confronto e de colaboração, seminários, cursos com várias vozes, convergências disciplinares sobre temas de projeto, etc. É este o caminho para remediar a atual fragmentação do trabalho universitário, que está presente em quase todas as escolas e acabou levando a um saber convencional.

Um objetivo difícil ligado a esta visão, é que o estudante se torne progressivamente capaz de construir o próprio plano de estudos e que adquira sobre este uma margem crescente de liberdade. Onde existam cursos paralelos, deve poder escolher o próprio professor, com base no conhecimento do seu trabalho na escola e da sua produção científica. Deve poder escolher os cursos facultativos dentro de uma ampla gama. Deve tornar-se responsável pelo próprio trabalho e pela própria orientação. A escola deve fornecer-lhes os instrumentos e o quadro de referências para que isto possa acontecer. Trabalho didático e trabalho de pesquisa terminam por sobrepor-se, em boa parte. Os papéis dos professores e estudantes podem ser não apenas o de transmissão, mas redefinir-se no interior de um trabalho comum.

Plano de estudos, grade curricular

a) Primeiro e último ano de estudos

O primeiro e o último ano do plano de estudos devem ser particulares e baseados em princípios diversos em relação àqueles intermediários. O primeiro ano deve introduzir o estudante aos estudos e dar-lhe uma visão de conjunto dos problemas da arquitetura. Deve ser um ano de formação. Deve dar especial importância seja às relações entre os saberes e as artes, seja às habilidades práticas e ao

trabalho manual. O último ano deve ser conclusivo de uma experiência e promover um trabalho de síntese de caráter pessoal, do qual o estudante seja plenamente responsável. Deve ter como fundamento os estudos e as pesquisas conduzidas nos anos precedentes e compreender produtos tanto escritos quanto desenhados. Normalmente, e não por acaso, se dá a este trabalho o nome de tese, isto é, baseado em uma orientação de cultura e sobre um sistema de escolhas. Muitos professores deveriam contribuir na sua elaboração.

Estas considerações indicam o espírito segundo o qual desenvolver o ensino e comportam uma lógica não setorial e não especializada na organização das relações entre os ensinamentos disciplinares. O plano de estudos atual do IAU oferece ao último ano uma interpretação parecida àquela aqui exposta. O mesmo não vale para o primeiro ano.

b) Organização e sucessão do ensino sobre construção

No plano de estudos do IAU, os ensinamentos sobre construção são adiados. No primeiro ano não aparece nenhuma disciplina. No segundo ano aparece um curso de física que fornece elementos de conhecimento inclusive de caráter estático, mas ao mesmo tempo de outra natureza. Os ensinamentos de construção não devem ter caráter instrumental, como frequentemente acontece nas escolas de arquitetura, mas devem ser pensados como altamente formativos. São indispensáveis às primeiras experiências no campo do projeto. Não devem ser vistos como parte de uma cultura estranha, aquela dos engenheiros, importada nas escolas de arquitetura. É, então, importante introduzir duas modificações no plano de estudos do IAU. A primeira é aquela de instituir, também no primeiro ano, um curso de Estática, que deve fornecer poucos conceitos fundamentais e mostrar a estática como parte de uma história das ideias e da cultura. A segunda modificação poderia ser ou aquela de introduzir nos últimos anos um laboratório de projeto construtivo e estrutural, ou, preferencialmente, de prever a participação dos professores de estruturas em um laboratório no qual colaborem com outros professores de projeto arquitetônico.

c) Ensino do desenho

Em geral, desenho e representação são centrais na formação do arquiteto, do urbanista, do engenheiro das construções. Devem ser entendidos não apenas pelo seu papel instrumental, mas pela sua capacidade de exprimir e ilustrar e pelas suas ligações com ideias projetuais. Devem ser ensinados compreendendo um vasto arco de técnicas e de instrumentos. Ao desenho à mão, ao croqui, à representação artística deve ser dado o espaço adequado.

Com respeito à grade curricular, a educação para o desenho e para a representação deve encontrar espaço seja nos cursos dedicados a este assunto específico, e previstos pelo plano de estudos, seja nos cursos de projeto. Também nos cursos de projeto deveria ser previsto o desenho à mão. No primeiro e segundo ano deve ser dada particular atenção ao caráter manual. No plano de estudos atual, nos programas do primeiro e do segundo ano, parece haver certa superposição entre o curso de Plástica e aquele de Desenho da Arquitetura. Seria interessante que o ensino de Plástica fosse confiado a professores da Academia de Belas Artes, como ocorreu historicamente e como continua a ocorrer em muitas escolas. Através de experiências concretas, mas também através da elaboração de um pensamento, este deveria dar aos estudantes uma primeira educação formal e figurativa.

d) Ensino de história

No plano de estudos, o ensino de história aparece em todos os anos, mesmo que com títulos diversos. Fazem-se as seguintes observações:

a) Deve ser dado menos privilégio à história moderna e muito mais à história em geral;

b) O ensino deve ser menos referente à história do Brasil e abrir-se a outras experiências;

c) O ensino não deve ser cronológico e com ambições de sistematicidade, mas fazer referência a figuras, obras, episódios;

d) No plano de estudos faltam referências à cidade e à história das cidades. Esta deve ser entendida como história da construção e da arquitetura urbana e não em sentido sociológico;

e) A escola deve promover o confronto e a integração entre os cursos de história, nas suas diversas especialidades, e os cursos de projeto. Os cursos de projeto baseiam-se necessariamente sobre a referência a experiências e edifícios da história. Estes são não apenas objetos de atenção crítica, mas materiais de trabalho;

f) Também os ensinamentos de caráter técnico devem colocar os seus próprios conteúdos em perspectiva histórica, dando evidência ao contexto de origem, ao ampliar-se dos saberes, ao especializar-se das técnicas, às tentativas de síntese, ao decompor-se e recompor-se dos conhecimentos e das competências.